

# Elogio do Dr. Joaquim Alberto Chissano

06

**Luís Filipe Lobo-Fernandes**

*Director da Secção de Ciência Política e Relações Internacionais*

Elogio proferido na cerimónia pública de outorga do grau de Doutor *Honoris Causa* em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho, realizada no Salão Medieval da Reitoria, Largo do Paço, em Braga, no dia 17 de Fevereiro de 2005



### **Luís Filipe Lobo-Fernandes**

Director da Secção de Ciência Política e Relações Internacionais

Titular da Cátedra Jean Monnet de *Integração Política Europeia* atribuída pela União Europeia, em Julho de 2004.

Director da Secção de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho.

Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais, de nomeação definitiva, do Quadro da Universidade do Minho, desde Novembro de 2002.

*Visiting Fulbright Scholar*, Center for European Studies, The Henry M. Jackson School of International Studies, University of Washington, Seattle, Estados Unidos (Agosto 2002-Agosto 2003).

Doutoramento (Ph.D.) em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Cincinnati, Estados Unidos, 1995.

Mestrado em Relações Internacionais, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

Mestrado em Ciência Política, Universidade de Cincinnati.

Licenciatura em Relações Internacionais (Políticas e Económicas), Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Trabalhou na Presidência da República, Lisboa, e na Comissão Europeia, Bruxelas.

Membro da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP).

Membro da American Political Science Association (APSA).

Membro do Conselho Consultivo da revista *RI*.

Encontra-se actualmente a ultimar, conjuntamente com Isabel Camisão, o livro *Construir a Europa: O Tratado Constitucional entre a Teoria e a História*, a editar pela Editora Principia.

Em cerimónia pública comemorativa do dia da Universidade do Minho, a nossa Academia outorga hoje ao Dr. Joaquim Alberto Chissano, da forma mais solene, na presença de Sua Excelência O Senhor Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, o Grau de Doutor *Honoris Causa* em Ciência Política e Relações Internacionais. Privilegia-se neste reconhecimento, um percurso feito de valores humanísticos, de combates pela justiça e pela dignidade do homem, pela equidade e pela solidariedade, valores que sempre transpos para o seu trabalho persistente nas áreas da governação e das relações externas.

Joaquim Alberto Chissano – de nome tradicional Dambuza – filho de Alberto Chissano e de Mariana Muianga, nasceu a 22 de Outubro de 1939, em Malehice, distrito de Chibuto, província de Gaza, em Moçambique. Frequentaria o ensino primário numa escola oficial de Xai-Xai, em Gaza. Já na capital, Joaquim Chissano logrou tornar-se no primeiro aluno de cor a matricular-se no Liceu Salazar (actual Escola Secundária Josina Machel). Nessa altura, integraria o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), tendo sido eleito seu presidente. Joaquim Chissano inicia assim uma forte intervenção de carácter cívico e político que se prolonga até hoje.

Em Abril de 1955, no período coincidente com a sua passagem pelo liceu, o mundo escutava impressionado a declaração anti-colonialista de Bandoung, na Indonésia, na qual se proclama a emancipação plena dos povos colonizados e se exige o reconhecimento da igualdade das raças e das nações. Desde o Renascimento, disse Odette Guitard a propósito daquele manifesto, que “nenhum acontecimento revestiu a importância histórica de Bandoung, o fim da dominação dos povos afro-asiáticos”. Joaquim Alberto Chissano não fica indiferente a esta verdadeira chamada da história.

Em 1960, ano em que completou o ensino liceal, os movimentos da descolonização ganhavam uma inequívoca força com a Declaração para a Independência dos Países e Povos Colonizados, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse ano segue para Portugal, onde se inscreve na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, quando o ensino superior era um nível educativo tradicionalmente reservado a brancos. Durante a sua permanência em Lisboa, de 1960 a 1961, tornou-se membro da Casa dos Estudantes do Império. Porém, devido às suas profundas convicções respeitantes ao direito à auto-determinação dos povos e ao seu compromisso com o movimento independentista moçambicano, teve de abandonar secretamente Portugal em 1961. Não podemos, aliás, deixar de evocar aqui que durante a sua fuga à PIDE, Joaquim Chissano passa por Braga na véspera de São João, a 23 de Junho de 1961, conseguindo dissipar-se no meio da multidão em noite de arraial, o que lhe permitiu despistar com total sucesso os seus perseguidores. Atravessaria pouco depois a fronteira do norte do país, em direcção a França.

Ali chegado, matricula-se na Universidade de Poitiers e estabelece contactos com o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, então professor na Universidade de Siracusa, Nova Iorque, que viera dos Estados Unidos para se encontrar com os estudantes nacionalistas organizados na União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO), que Joaquim Chissano ajudou a fundar. Durante algum tempo reside em Uppsala, na Suécia. Em 1962, Joaquim Chissano viaja para Dar Es Salaam a fim de, em representação da União dos Estudantes Moçambicanos, da qual era presidente, tentar convencer os movimentos de libertação ali sediados a unirem-se. Como corolário dos esforços conjugados com vários outros compatriotas liderados por Mondlane, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) seria fundada em Junho de 1962,

na capital da Tanzânia, cidade onde se fixaria para servir mais directamente a causa anti-colonialista. Neste contexto, Joaquim Chissano desempenha importantes responsabilidades de liderança, é designado Secretário do primeiro Presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, e assume funções na área da Educação e da formação de quadros, tendo participado como professor nas actividades da Escola da Frelimo e do Instituto Moçambicano. Leccionaria, entre outras, as disciplinas de História do Nacionalismo em Moçambique e Geografia de Moçambique.

Prestamos hoje homenagem, na pessoa do Dr. Joaquim Alberto Chissano, à luta dos povos pela liberdade, pelo que nos curvamos perante a memória de uma geração de africanos e de portugueses profundamente marcada pelo labirinto do passado colonial e pelas consequências definitivas da guerra, que foram narradas de forma pungente por António Lobo Antunes ao dizer “Quem veio aqui não consegue voltar o mesmo [...] a guerra tornou-nos em bichos, percebe, bichos cruéis e estúpidos ensinados a matar”. É esta consciência única dos males da guerra que também exaltamos em Joaquim Chissano.

No período subsequente ao 25 de Abril – verdadeiro reencontro das nossas nações – Joaquim Alberto Chissano assume um papel fundamental nas negociações dos Acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o Governo Português. A 20 de Setembro de 1974, com apenas 34 anos de idade, toma posse como Primeiro-Ministro do Governo de Transição que conduziria Moçambique à proclamação da sua Independência Nacional, no dia 25 de Junho de 1975.

De seguida, é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Como chefe da diplomacia moçambicana, participou activamente na preparação e direcção das negociações do Acordo de Nkomati com a África do Sul, em Março de 1984, que definia um novo quadro de boa vizinhança e não agressão entre os dois países. Com a morte trágica de Samora Machel, em 1986, Joaquim Alberto Chissano é designado Presidente de Moçambique.

O Presidente Chissano lidera com êxito as negociações com a Renamo, pondo fim a uma guerra que dilacerava o país. Foi o principal artífice da pacificação interna e teve o mérito, internacionalmente sublinhado, de empreender com grande determinação a transição democrática no seu país, causa nobre pela qual lutou sem vacilar. O histórico acordo de paz com a Renamo seria assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992. O seu esforço incansável conducente ao multipartidarismo e ao apaziguamento das tensões entre os dois principais partidos moçambicanos é considerado a expressão principal do compromisso democrático do presidente Chissano. Tal levou a que o seu povo – sublinhe-se – carinhosamente o trate por “Obreiro da Paz”, epíteto igualmente reconhecido por inúmeros observadores independentes.

Como Chefe do Estado conduz importantes reformas no plano socio-económico, e abre Moçambique ao multipartidarismo e à economia de mercado. A acção de abertura política por si liderada, fundamentalmente consubstanciada na Constituição de 1990, levaria à convocação das primeiras eleições democráticas na história de Moçambique, em 1994. Na sequência deste sufrágio universal e directo Joaquim Chissano é eleito primeiro Presidente constitucional a 9 de Dezembro do mesmo ano.

Mais recentemente, toda a Comunidade Internacional – tal como cada um de nós hoje presentes neste magnífico Salão Medieval da Reitoria da Universidade do Minho – testemunhou o elevado espírito democrático de Vossa Excelência ao deixar a presidência moçambicana com sentido da missão cumprida. Ora, impõe-se acentuar nesta instância, que apesar de a Constituição moçambicana permitir que pudesse concorrer de novo, Joaquim Chissano decide não o fazer.

Permitam-me que faça eco das palavras de Hans Mierlo, alto representante da União Europeia na tomada de posse do recém eleito Presidente Armando Guebuza, que disse – e cito – estar particularmente “impressionado com a forma como o Presidente Joaquim Chissano deixa o poder para o seu sucessor”. O seu legado político – Senhor Dr. Joaquim Chissano – fica pois indelevelmente escrito na história da África.

No passado dia 31 de Janeiro, ainda como Chefe de Estado, durante a cerimónia de investidura dos deputados da Assembleia da República de Moçambique – já na terceira legislatura multipartidária – o Presidente Chissano instou os novos deputados a trabalhar em prol da reconciliação, do desenvolvimento sustentável, e a darem o melhor de si na produção de leis que tenham verdadeiro impacto nas populações do seu país. Palavras-chave de um notável discurso, pautado por uma chamada terminante à consolidação da paz em Moçambique e à responsabilização dos eleitos. De facto, a teoria democrática estima duas condições *sine qua non* para o funcionamento de um sistema político. Primeiro, a estabilidade do poder político; na realidade, dificilmente se pode conceber desenvolvimento sem perspectiva de segurança a médio/longo prazo. Em segundo lugar, não há viabilização possível de qualquer quadro nacional sem escolas, vias de comunicação, economia e um mercado integrado. Estas foram preocupações que pautaram iniludivelmente a liderança de Joaquim Chissano.

O Grau de Doutor *Honoris Causa* – título máximo concedido pelas universidades de todo o mundo a personalidades que se tenham distinguido por méritos excepcionais – resulta não apenas do reconhecimento da acção do Dr. Joaquim Alberto Chissano enquanto Presidente da República de Moçambique, mas também do seu papel no difícil plano das relações internacionais. Sabemos que a instabilidade política tem caracterizado grande parte dos Estados africanos desde que ascenderam à independência. Esta instabilidade não resulta de uma única causa nem é de uma só natureza. Ela está intimamente ligada à juventude dos Estados pós-coloniais, mas é também consequência dos próprios processos de descolonização, que terão deixado muitos países sem os meios e os quadros técnicos necessários. Por outro lado, grande parte dos Estados africanos ascende à independência numa época de feroz concorrência, desaguando num sistema internacional inteiramente configurado pelas potências tradicionais, o que condicionou sobremaneira – é forçoso reconhecê-lo – os seus modelos de especialização e as suas oportunidades económicas. Os sistemas políticos africanos irão certamente criar os mecanismos adequados para obstem a desvios institucionais.

Joaquim Chissano perfila-se, juntamente com Nelson Mandela, como uma das grandes personalidades da África contemporânea, condição de relevo bem expressa na sua eleição para primeiro presidente da União Africana, principal organização internacional do continente que substituiu a OUA em 2003, sendo os seus contributos para a paz, a criação de condições de estabilidade, e o desenvolvimento da África meridional alvo de especial elogio. Na sua qualidade de vice-presidente (1999) e de presidente (2000) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Chissano desempenhou um papel determinante para o fim das hostilidades no Congo. A sua visão internacional teve ainda expressão na integração de Moçambique na *Commonwealth* (1995), e no lançamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrido em Lisboa em 17 de Julho de 1996. Neste âmbito, veio a presidir à CPLP e foi o anfitrião da cimeira realizada na capital moçambicana, em Julho de 2000. É actualmente vice-presidente da Internacional Socialista. A sua especial sensibilidade para as relações internacionais tinha-o já impelido a criar em 1986, o prestigiado Instituto de

Relações Internacionais de Maputo, instituição que lidera a formação qualificada de diplomatas moçambicanos e de especialistas vocacionados para o desempenho de funções na exigente frente externa.

Senhor Dr. Joaquim Chissano,

A Universidade do Minho está também fortemente ligada à introdução de estudos de relações internacionais em Portugal, sendo mesmo a instituição pioneira nesta área. O primeiro curso foi lançado há precisamente 30 anos por Lúcio Craveiro da Silva, pelo que o doutoramento *Honoris Causa* em Ciência Política e Relações Internacionais de Vossa Excelência, se reveste, para esta Academia, do maior significado. É de referir que esta área do conhecimento tem sido, desde 1975, uma das áreas estruturantes da universidade, tendo o Curso de Relações Internacionais no contexto da última avaliação externa das universidades portuguesas sido distinguido com o primeiro lugar. Cumpre acrescentar, neste ensejo, que a criação de cursos superiores nos domínios da Ciência Política e das Relações Internacionais só foi possível após o 25 de Abril de 1974, constituindo uma assaz feliz expressão da democratização do ensino superior em Portugal. A Universidade do Minho partilha pois, com Vossa Excelência, esta circunstância e o mesmo entusiasmo científico pelo estudo das relações internacionais.

Distinguir o Dr. Joaquim Alberto Chissano, um dos mais respeitados líderes africanos, é, assim, manifestar público reconhecimento pelo alto valor do seu trabalho enquanto responsável político a favor da construção de regimes democráticos num continente fortemente penalizado pelo insucesso de muitos processos de paz. Ao fazê-lo, a Universidade do Minho – que se junta a outras prestigiadas academias de vários países que concederam igualmente este título honorífico a Vossa Excelência – pretende, concomitantemente, sublinhar a importância da cooperação universitária com Moçambique, numa fase em que as instituições de ensino superior têm vindo a assumir-se como os principais agentes dos processos de cooperação e de suporte ao desenvolvimento. A Universidade do Minho tem aliás vindo a desenvolver experiências bem sucedidas de cooperação com Moçambique, e assume como vector estratégico a cooperação com todos os Países de Língua Oficial Portuguesa, nas vertentes cultural, da ciência e da tecnologia, do ensino/formação e da investigação.

Senhor Presidente da República,  
Senhor Dr. Joaquim Chissano,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta distinção, conferida em dia da reunião magna anual da nossa Academia, insere-se obrigatoriamente nas relações históricas privilegiadas entre Portugal e Moçambique, firmadas por cerca de quinhentos anos de história comum, e resulta da convicção partilhada por todos os portugueses, da importância do estreitamento das relações com os Países

de Língua Oficial Portuguesa. Tais relações são um pilar central das prioridades estratégicas de Portugal, reiteradamente assumidas ao longo do tempo, e resultam da percepção das vantagens recíprocas que o aprofundamento dessas relações necessariamente perspectivam.

Ao acolher Joaquim Alberto Chissano no seu Claustro de Doutores, a Universidade do Minho – cujo primeiro reitor, Carlos Lloyd Braga, foi membro da universidade moçambicana – dá assim o seu contributo para o aprofundamento das relações de amizade e de cooperação empenhada com Moçambique, e do mesmo modo para uma integração real de toda a comunidade de língua portuguesa. Em rigor, uma tarefa do conjunto da sociedade civil, em que a universidade portuguesa tem seguramente um potencial que deve disponibilizar e onde a Universidade do Minho aspira a ter lugar de destaque.

Tal como questionava já em 1841, Friedrich List, teórico do desenvolvimento territorial equilibrado, na sua brilhante obra *Economia Política*, não é absurdo perguntarmos hoje de novo: Como fazer para que todas as nações atinjam um mesmo grau médio de desenvolvimento e de prosperidade? A luta contra a pobreza e a promoção do bem-estar das populações não deve ter tréguas. É essa a luta de Joaquim Chissano. Esta é também uma questão essencial que deve perturbar as consciências e que deve continuar a interrogar a Universidade. É também missão das instituições de ensino superior trabalhar na definição de novas oportunidades de *co-desenvolvimento* para as nações. A este propósito lembraria José Ortega y Gasset quando disse – e cito – “Há que humanizar o cientista... para que se tente uma integração do saber, que anda feito em pedaços pelo mundo”. E acrescentava, criticamente, Ortega y Gasset: “Hoje falta, por completo, ainda que pareça mentira, uma pedagogia universitária”. Por outro lado, como referiu recentemente Joseph Nye, distinto professor de Relações Internacionais da Universidade de Harvard, nos tempos de hoje, perante as novas ameaças transnacionais e o terrorismo global, “a segurança colectiva significa uma repartição mais alargada de responsabilidade pela segurança de cada um”.

Nada nos deve fazer perder de vista as privações económicas e sociais que continuam a flagelar uma parte da humanidade. Num período de maior incerteza no sistema internacional, é exigível uma atenção especialíssima às necessidades de cooperação transnacional nos vários domínios educativos. A Europa, e em especial a União Europeia, não pode fechar-se sobre si mesma. Deve, antes, ampliar o seu esforço de partilha de soluções num contexto marcado pelo advento da sociedade da informação e pela economia do conhecimento. Por isso, algum desinvestimento que se tem verificado na área dos estudos africanos na última década deve ser corrigido. Tal como o Presidente Chissano expressou – e cito – “Está a tornar-se cada vez mais claro que nenhuma ilha de prosperidade pode sobreviver se rodeada por mares de pobreza”, aduzindo, que, os dilemas actuais “requerem que reconhecamos a nossa interconexão, que compreendamos que podemos ser indivíduos e comunidades diferentes, mas dependemos uns dos outros para viver em paz, progresso e prosperidade”. Este é um sentimento que a Universidade do Minho toma para si, e tem procurado protagonizar na sua actividade institucional e científica direccionada para o exterior, dando expressão a uma ideia de “universidade sem muros”, lema ainda ontem renovado pelo nosso Reitor, Professor Guimarães Rodrigues.

Termino, exprimindo nesta bimensal *civitas* de Braga o grito de liberdade dos povos, fazendo ecoar um extraordinário poema de José Craveirinha, grande filho de Moçambique, país irmão:

Oh! África!

Quantos anjos já nasceram das tuas Munhuanas de amor  
e quantas Detinhas partiram para sempre dos teus braços  
e quantos filhos inocentes deixaram o teu colo maternal  
geraram rios e rios de lágrimas no teu rosto escravizado  
e dormiram sem pesadelos na vasta solidão  
de um coval mínimo de criança infelizmente  
sem as duas covinhas na face  
quando sorriam, Senhor?

E ainda não temos um talhão de céu azul para todos  
e novamente uma África para amar à nossa imagem  
num anjo verdadeiro anjo também cor da nossa pele  
e da mesma carne mártir de feitiços estranhos  
e o nosso sangue vermelho vermelho quente  
como o sangue vermelho de toda a gente.

Braga, 17 de Fevereiro de 2005.